



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

Termo de Referência nº 3970471/2026 - SEMUS

São Luís - MA, 19 de maio de 2026

QUADRO RESUMO	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 15901.002758/2026	ÓRGÃO INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde de São Luís-MA.
OBJETO: Registro de Preços a serem consignados em ata para eventual e futura contratação de empresa para o fornecimento de colchões hospitalares e correlatos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de São Luís/MA – SEMUS.	
TIPO: PREGÃO ELETRÔNICO/SRP	
VALOR ESTIMADO: R\$ 2.183.377,70 (dois milhões, cento e oitenta e três mil, trezentos e setenta e sete reais e setenta centavos)	
SIGILOSO: NÃO	INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES: 0,01
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO	QUANTIDADE DE ITENS: 16
FORMA DE ADJUDICAÇÃO: UNITÁRIO	FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADA
MODO DE DISPUTA: ABERTO/FECHADO	
EXIGE AMOSTRA: NÃO	EXIGE PROVA DE CONCEITO: NÃO

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O Termo de Referência tem como objeto o registro de preços a serem consignados em ata para eventual e futura contratação de empresa para o fornecimento de colchões hospitalares e correlatos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de São Luís/MA – SEMUS.

1.2. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

1.2.1 A descrição do objeto, bem como as especificações técnicas e os quantitativos estimados estão discriminados no Apêndice I, parte integrante deste Termo de Referência.

1.3. NATUREZA DO OBJETO

1.3.1 A presente contratação caracteriza-se como de natureza continuada, nos termos do inciso XV do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que a aquisição de colchões hospitalares e correlatos é imprescindível à manutenção ininterrupta das atividades assistenciais no âmbito da rede municipal de saúde. Tais insumos integram a estrutura básica de suporte ao cuidado, sendo essenciais para assegurar condições adequadas de conforto, segurança e dignidade aos pacientes, especialmente aqueles acamados, com mobilidade reduzida, em internação prolongada ou em tratamento nas diversas modalidades ofertadas pela SEMUS, além de desempenharem papel preventivo relevante contra o desenvolvimento de lesões por pressão e outras complicações associadas ao uso de superfícies inadequadas.

1.3.2 A eventual descontinuidade no fornecimento desses itens compromete diretamente a continuidade da assistência e a observância dos protocolos clínicos e assistenciais adotados pelas unidades de saúde, podendo, inclusive, impactar negativamente os indicadores de qualidade dos serviços prestados, bem como expor a Administração a riscos de judicialização em razão da omissão no fornecimento de insumos considerados essenciais à saúde.

1.3.3 Ademais, trata-se de demanda de caráter recorrente e variável ao longo do exercício, sujeita a oscilações decorrentes do desgaste natural dos materiais em uso, da ampliação ou reativação de leitos, da sazonalidade dos atendimentos e de necessidades supervenientes das unidades de saúde, o que reforça a sua classificação como contratação de natureza continuada.

1.3.3.1 Por fim, os materiais a serem adquiridos enquadram-se no conceito de bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado.

1.4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

1.4.1 A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contada a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, nos moldes dos arts. 106 e 107 da Lei nº. 14.133/2021.

1.4.1.1 A prorrogação é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes,.

1.5. CONDIÇÕES DA ENTREGA

1.5.1 Prazo de entrega: será de 20 (vinte) dias corridos, de forma parcelada, contados a partir da data de emissão e recebimento da Ordem de Fornecimento, a qual será emitida somente após a formalização da assinatura do contrato.

1.5.1.1 Caso a empresa contratada não consiga cumprir com o prazo estipulado para a entrega, a mesma deverá enviar à contratante pedido de prorrogação de prazo, assim como justificativa para um novo prazo de entrega, com pelos menos 5 (cinco) dias antecedência, ressalvadas as situações de caso fortuito ou força maior, que será analisado pela contratante com posterior aceite ou não, podendo ser possível de sanção.

1.5.1.2 As parcelas serão feitas nos seguintes prazos e condições, ressalvado a possibilidade de ajustes no percentual e no cronograma:

1ª parcela	Até 30 (trinta) dias após a assinatura da Ata de Registro de Preços	Aproximadamente 40% do quantitativo total (ou conforme solicitação inicial dos setores demandantes/SEMUS, priorizando unidades com maior déficit).
2ª parcela	Entre o 4º e 6º mês de vigência da Ata	Aproximadamente 30% do quantitativo total estimado (ou conforme consumo real e solicitações).
3ª parcela	Entre o 9º e 11º mês de vigência da Ata	Aproximadamente 30% do quantitativo total estimado (ou saldo remanescente, conforme demanda efetiva).

1.5.2 LOCAL DE ENTREGA

1.5.2.1 A entrega dos materiais permanentes será no Almoxarifado da Secretaria Municipal da Saúde - SEMUS, situado na Av. Engenheiro Emiliano Macieira - BR 135, Km 06 - Galpões 16, 17 e 18, CEP: 65.095-602 - Maracanã - São Luís / MA, obedecendo ao horário de entrega, de segunda à sexta-feira, das 08:00h às 16:00h.

1.6 RECEBIMENTO DO OBJETO

1.6.1 Provisoriamente: de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.

1.6.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

1.6.3 O prazo para substituição poderá ser dilatado nos casos em que ficar comprovada impossibilidade real de cumprimento, conforme análise e definição do fiscal do contrato.

1.6.4 Definitivamente: no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

1.6.5 Na hipótese de a verificação a que se refere o item acima não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

1.6.6 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

1.6.7 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

1.6.8 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

1.6.9 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato

1.7 DAS CONDIÇÕES DE GUARDA E ARMAZENAMENTO

1.7.1 Os produtos deverão:

1.7.1.1 apresentar nos rótulos todas as informações, em língua portuguesa, constando dados de identificação, procedência, data de fabricação e prazo de validade;

1.7.1.2 Ser acondicionados conforme praxe do fabricante garantindo sua integridade até o uso, rotulado de acordo com a legislação vigente;

1.7.1.3 Ter embalagens que efetivamente protegem seu conteúdo contra choques e intempéries, ação de luz, poeira e umidade.

1.8 GARANTIA E VALIDADE DO PRODUTO

1.8.1 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

2 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.5 NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1 A importância da aquisição dos itens constantes neste instrumento torna-se vital, em virtude de serem materiais estratégicos de suporte às ações de saúde, sendo essenciais para a continuidade do atendimento aos usuários das Unidades de Saúde do Município de São Luís/MA.

2.1.2 Os colchões hospitalares auxiliam e dão suporte a esses atendimentos, proporcionam conforto e segurança aos pacientes, além de ajudar na prevenção de lesões, sendo que a falta destes resultaria na suspensão dos trabalhos ou tornaria precária a sua execução.

2.1.3 A presente contratação visa implementar melhorias na hospitalidade dos usuários atendidos, promovendo conforto e segurança aos pacientes por meio da substituição de colchões deteriorados ou inadequados. Além disso, busca-se garantir um ambiente de trabalho adequado para os colaboradores, proporcionando estrutura para atender às demandas das diversas unidades de saúde municipais.

2.1.4 A escassez de materiais repercute na tomada de decisão dos profissionais da área médica, de enfermagem e de outras especialidades que tem contato direto com o paciente, isto implica muitas vezes na interrupção da assistência prestada ao usuário. O desabastecimento pode ocasionar situações estressantes à equipe multiprofissional, aumento de infecções, aumento do tempo de internação do usuário com consequente aumento dos custos e gastos hospitalares e em certas ocasiões, danos irreparáveis ao usuário e seus familiares/acompanhantes.

2.1.5 Também é necessário atender ao Plano Anual de Saúde – PAS 2022/2025 que estabelece as intenções e resultados a serem alcançados durante a atual gestão e seus ajustes anuais que venham a ser necessários, oriundo das Programações Anuais da Saúde - PAS e resultados refletidos nos próximos Relatórios Anuais de Gestão que orientam os trabalhos das equipes de saúde sendo aprimorados à luz das mudanças da realidade municipal.

2.1.6 A Constituição Federal definiu que “a saúde é direito de todos e dever do Estado” e a Lei Federal n. 8.080/1990, que regulamentou o SUS, prevê em seu Artigo 7º, como princípios do sistema, entre outros:

I – universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;

II – integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e dos serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso, em todos os níveis de complexidade do sistema.

2.1.7 Cabe ao Gestor Municipal prover as condições necessárias para o atendimento à saúde de sua população, onde o mesmo organizou seus equipamentos de saúde distribuídos nos distritos sanitários que compõem o Município de São Luís, com o intuito de qualificar e ampliar o acesso universal, as ações e serviços de saúde, em tempo oportuno, contribuindo assim para a melhoria das condições de saúde e qualidade de vida da população ludovicense.

2.1.8 A Secretaria Municipal de Saúde de São Luís/SEMUS possui como objetivo prestar assistência à comunidade na área de saúde em todos os níveis de complexidade, de forma universalizada e igualitária, tendo

como responsabilidade oferecer assistência segura, ágil, prática, atualizada e de qualidade ao seu usuário, respeitando-se as exigências legais, de modo a proporcionar atendimento seguro e de qualidade, facilitando assim a atuação dos diversos profissionais e proporcionando condições favoráveis de trabalho.

2.1.9 Diante disso é imprescindível o fornecimento de colchões hospitalares para o atendimento às necessidades Secretaria Municipal de Saúde de São Luís/MA, bem como a manutenção de estoque mínimo para que não haja descontinuidade dos serviços, considerando que a falta destes inviabiliza a assistência prestada pelas equipes de saúde.

2.6 PREVISÃO NO PLANEJAMENTO:

2.2.1 A despesa em questão está devidamente prevista no Plano de Contratação Anual (PCA) para o exercício corrente. Dessa forma, está plenamente alinhada às prioridades e aos objetivos organizacionais estabelecidos no planejamento administrativo e em conformidade com as normas vigentes.

2.2.1.1 PCA 2026-**2129**;

2.2.1.2 Id pca PNCP: **06307102000130-0-000005/2026**;

2.2.1.3 Id do item no PCA: **287**;

2.2.1.4 Classe/Grupo: **331**.

2.2 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

2.2.1 A solução sugerida é a aquisição de colchões hospitalares e correlatos, com fornecimento conforme as especificações técnicas detalhadas no Estudo Técnico Preliminar, a fim de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de São Luís.

2.2.2 Tal solução é similar à adotada por outros órgãos da administração e comum ao mercado de fornecedores, conforme demonstrado nos itens anteriores.

2.2.3 O prazo O prazo de vigência será de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitado o limite máximo de 10 (dez) anos, incluídas eventuais prorrogações, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.2.4 A execução do contrato, compreendendo o fornecimento, entrega e eventual substituição dos materiais, deverá ser realizada pela empresa contratada nas instalações da Secretaria Municipal de Saúde ou em local por ela indicado, conforme as condições de entrega descritas no item 5 do ETP.

2.2.5 Os colchões hospitalares e correlatos deverão ser entregues devidamente embalados, identificados com marca, modelo e características técnicas, possuir etiqueta permanente de identificação do fabricante, fixada em local de fácil visualização, sem nenhum tipo de violação, bem como de todos os itens acessórios necessários ao seu perfeito funcionamento.

2.2.6 Os produtos deverão ser acondicionados conforme praxe do fabricante, garantindo sua integridade até o uso, e rotulados de acordo com a legislação vigente.

2.2.7 Com a execução em andamento, os itens fornecidos abastecerão o estoque da Secretaria Municipal de Saúde, permitindo a manutenção de uma distribuição contínua e regular aos pacientes atendidos, garantindo a qualidade da assistência prestada.

2.2.8 Os itens apresentados neste instrumento caracterizam-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente ofertados por diversas empresas e são facilmente comparáveis entre si, pois possuem padrões de desempenho e características técnicas similares, de modo a permitir objetivamente uma decisão de compra com base no menor preço, por meio de especificações usuais e amplamente praticadas no mercado, sendo, portanto, passíveis de aquisição por Pregão Eletrônico.

2.2.9 Assim, pelos motivos expostos nos itens acima, adotar-se-á o procedimento auxiliar Sistema de Registro de Preços (SRP), pela flexibilidade de sua metodologia prática e jurídica, bem como por não ser possível, em razão da natureza do objeto, definir previamente o quantitativo exato necessário para o atendimento da demanda desta Administração. Esse tipo de contratação permite a participação de vários fornecedores do mercado nacional aptos a fornecer os itens necessários, conforme as especificações apresentadas, visando a obtenção da melhor proposta e do menor preço, com consequente economia para a Administração Pública, em consonância com o Decreto Municipal nº 62.276/2026, que disciplina o Sistema de Registro de Preços.

3 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.5 Conforme § 1º, art. 1º do Decreto Municipal 62.276/2026, o Sistema de Registro de Preços será preferencialmente utilizado nas seguintes hipóteses:

- I - contratações frequentes em razão das características do bem ou serviço;
- II - entregas parceladas ou contratações por unidade de medida ou tarefa;
- III - atendimento a múltiplos órgãos ou entidades ou a programas de governo;
- IV - impossibilidade de definir previamente o quantitativo a ser demandado.

3 . 6 Considerando as características do objeto, que demanda contratações frequentes; conter previsão de entregas parceladas; e haver a impossibilidade de definir previamente o quantitativo a ser demandado, fica, assim, configurada a subsunção do § 1º, incisos I, II e IV do Decreto Municipal nº 62.276/2026.

3 . 7 Diante do exposto, a presente aquisição será processada por meio de Sistema de Registro de Preços.

3.8 DA PRORROGAÇÃO E RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS

3.8.1 Nos termos do Art. 27 do Decreto Municipal n.º 62.276/2026, a Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a manutenção da vantajosidade dos preços registrados. Por ocasião da prorrogação, os quantitativos originalmente fixados poderão ser renovados, até o limite do quantitativo original, visando garantir a continuidade das necessidades da Administração.

3.8.2 A renovação dos quantitativos justifica-se tecnicamente pela recorrência e variabilidade da demanda da Rede Municipal de Saúde, comprovada pelo consumo histórico dos últimos 24 meses, que demonstra necessidade contínua e imprevisível de reposição para evitar desabastecimento e prejuízo ao atendimento.

3.9 QUANTIDADE MÍNIMA

3.9.1 A Ademais, nos termos do art. 82, incisos II e IV, da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve estimar as quantidades a serem registradas, podendo, quando for o caso, indicar quantitativo mínimo a ser cotado. No presente caso, observa-se que os quantitativos previstos no Apêndice I — a exemplo de 3.000 unidades de colchões hospitalares adultos, 600 unidades de colchões para maca, 500 unidades de colchões pneumáticos, além dos demais itens em escala compatível com a demanda da rede assistencial — revelam-se expressivos e plenamente compatíveis com a capacidade operacional ordinária do mercado fornecedor.

3.9.2 A dimensão dos quantitativos estimados evidencia viabilidade técnica e econômica para fornecimento integral por parte dos licitantes, não se tratando de demanda pulverizada ou de difícil execução que justificasse a fixação de quantitativo mínimo como mecanismo de garantia de competitividade. Ao

contrário, a estipulação de quantitativo mínimo, neste contexto, poderia induzir à fragmentação indevida das propostas, com potenciais prejuízos à padronização, à logística de fornecimento e à obtenção de ganhos de escala.

3.9.3 Ressalte-se que a prática mercadológica demonstra que empresas do ramo possuem capacidade de atender integralmente demandas dessa natureza, sobretudo considerando tratar-se de itens padronizados, amplamente comercializados e sem grau elevado de complexidade técnica. Assim, a exigência de cotação mínima não se revela necessária para assegurar a competitividade do certame, tampouco para ampliar o universo de participantes.

3.9.4 Dessa forma, a não indicação de quantitativo mínimo a ser cotado mostra-se medida tecnicamente adequada, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência, competitividade e planejamento, evitando a fragmentação desnecessária do objeto e promovendo maior racionalidade administrativa na futura contratação.

4 JUSTIFICATIVA DO TRATAMENTO PREFERENCIAL PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

4.5 Em conformidade com a Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014:

4.1.1 Ficam destinados exclusivamente à participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, os lotes estimados cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); e

4.1.2 Reservada **cota de até 25% (vinte e cinco por cento)** dos itens, com valores acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), cuja aquisição de bens seja de natureza divisível.

5 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.5 SUSTENTABILIDADE:

5.5.1 Durante a fase de execução do contratação, Deverão ser observadas e adotadas as previsões da RDC nº 222, de 28 de março de 2018, que regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências.

5.6 INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (ART. 13, INCISO I, DO DECRETO MUNICIPAL Nº 60.155, DE 2024):

5.6.1 Na presente contratação não serão indicadas marcas.

5.7 DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS:

5.7.1 Não serão exigidas amostras

5.8 DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE

5.8.1 Não será exigida carta de solidariedade.

5.9 CONSÓRCIO

5.9.1 É admitida a participação de consórcios.

5.10 SUBCONTRAÇÃO

5.10.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.10.2 No que se refere a possibilidade de subcontratação, considerando que, no caso específico de bens comuns — ou seja, bens que não envolvem grandes complexidades técnicas ou operacionais — o mercado está plenamente capacitado a fornecê-los de maneira competitiva. Esses bens podem ser facilmente adquiridos de empresas, sem que isso gere qualquer limitação à competição entre as empresas do ramo. Na prática, isso significa que a contratação de tais bens pode ser realizada com um número significativo de fornecedores, o que mantém a concorrência saudável e transparente, como exige a legislação sobre licitações.

5.11 GARANTIA DA EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.11.1 Não haverá exigência da garantia da contratação prevista no art. 39 do Decreto Municipal nº 60.155/2024, tendo em vista que não se aplica a hipótese obrigatória prevista no inciso II do referido decreto.

6 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.5 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.5.1 A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, Edital e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

6.5.2 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

6.5.3 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os produtos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

6.5.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme art. 120 da Lei n.º 14.133/2021;

6.5.5 Vedar a utilização, na execução do objeto, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

6 . 5 . 6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da contratada; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

6.5.7 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique na execução do objeto contratual;

6 . 5 . 8 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

6 . 5 . 9 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

6.5.10 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

6.5.11 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

6 . 5 . 1 2 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

6.5.13 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo

complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

6.5.14 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante

6.6 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.6.1 São obrigações do Contratante além das constantes todas as obrigações deste termo de referência, edital e seus anexos:

6.2.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada;

6.2.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

6.2.1.3 Notificar a contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

6.2.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela contratada;

6.2.1.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.2.1.6 Efetuar o pagamento ao contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

6.2.1.7 Aplicar à contratada as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência.

6.6.2 Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela contratada;

6 . 6 . 3 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

6 . 6 . 4 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

6.6.5 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis;

6 . 6 . 6 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

6 . 6 . 7 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.7 OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

6.7.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.;

6 . 7 . 2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

6.7.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

6.7.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

6.7.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

6.7.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

6.7.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

6.7.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

6.7.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

6.7.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

6.7.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

6.7.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

6.7.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

7 **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e da regulação municipal, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.7 FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

7.7.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.7.2 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

7.7.3 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

7.7.4 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

7.7.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.7.6 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

7.8 FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

7.8.1 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.8.1.1 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

7.9 GESTOR DO CONTRATO

7.9.1 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.9.2 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.9.3 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.9.4 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.9.5 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.9.6 O setor de contratação comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

7.9.7 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8.1 LIQUIDAÇÃO:

8.1.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação.

8.1.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.1.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.1.4 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.5 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.1.6 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.1.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.1.8 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.1.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.2 PRAZO DE PAGAMENTO:

8.2.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme disposto neste instrumento.

8.2.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

8.3 FORMA DE PAGAMENTO

8.3.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.3.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

- 8.3.3** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.3.3.1** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.3.4** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 8.4 DO REAJUSTE**
- 8.4.1** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 8.4.1.2** Após o interregno de um ano, à pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.4.1.3** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.4.4** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.4.5** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.4.6** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.4.7** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.4.8** O reajuste será realizado por apostilamento.

9 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 9.1.1** Será adotado o critério de **MENOR PREÇO** por item para julgamento e classificação das propostas, observados os prazos máximos, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no presente instrumento.
- 9.1.2** Os materiais a serem adquiridos enquadram-se no conceito de bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, serem licitados por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO**.
- 9.1.3** No preço apresentado, deverão ser incluídas todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas do pessoal da CONTRATADA, como também transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, alugueis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direto ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pelo Fornecedor.
- 9.1.4** Será adotado o modo de disputa **ABERTO / FECHADO**.
- 9.1.5** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

10.1 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.1.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

10.1.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

10.1.3 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

10.1.4 Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

a) **Índice de Liquidez Geral ($\geq 1,00$):**

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

b) **Índice de Liquidez Corrente ($\geq 1,00$):**

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

c) **Índice de Solvência Geral ($\geq 1,00$):**

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

a.1) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

a.2) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor da proposta.

a.3) A não apresentação de memória de cálculo não leva à inabilitação do licitante.

b) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº. 14.133, de 2021, art. 65, § 1º);

b.1) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (Lei nº. 14.133, de 2021, art. 69, § 6º);

b.2) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped

c) É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social;

d) Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis assim apresentadas:

d.1) Publicados em Diário Oficial ou;

d.2) Publicados em jornal de grande circulação ou;

d.3) Registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou;

d.4) Por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa, na forma da Instrução Normativa DREI/SGD/ME nº 82, de 19 de fevereiro de 2021, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento.

e) A pessoa jurídica optante do Sistema de Lucro Real ou Presumido deverá apresentar juntamente com o Balanço Patrimonial, cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital – SPED CONTÁBIL, nos termos da IN RFB vigente

10.1.5 A adoção de índices constitui instrumento relevante para a verificação da capacidade dos proponentes de cumprir as obrigações decorrentes do contrato a ser celebrado como resultado de licitação pública e não pode ser desconsiderada pela Administração, especialmente no tocante aos compromissos de média e longa duração, inclusive aqueles firmados em Ata de Registro de Preços visando contratações futuras;

10.1.6 Para a presente licitação, em específico, verificou-se que os três índices econômicos, adiante relacionados, estabelecidos em patamares aceitáveis, são os mais apropriados para avaliar a capacidade do licitante de executar o contrato, de acordo com o disposto no caput do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021, e na Súmula nº 289 do Tribunal de Contas da União (TCU), sem representar risco algum ao caráter competitivo do certame, sendo os mais usualmente adotados, visto que se complementam, uma vez que:

a) O Índice de Liquidez Corrente (LC) mede a capacidade da empresa de honrar suas obrigações de curto prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto prazo com as dívidas também de curto prazo. O índice menor do que 1 (um) demonstra que a empresa não possui recursos financeiros para honrar suas obrigações de curto prazo, o que pode inviabilizar a continuidade das atividades da empresa;

b) O Índice de Liquidez Geral (LG) mede a capacidade da empresa de honrar todas as suas obrigações, tanto de curto quanto de longo prazo, relacionando tudo que se converte em dinheiro no curto e no longo prazo com as dívidas também de curto e de longo prazo. O índice menor do que 1 (um) demonstra que a empresa não possui recursos financeiros suficientes para pagar as suas dívidas, o que pode comprometer a continuidade das atividades, especialmente no longo prazo, bem como a prestação de serviços em contratos de longa duração;

c) O Índice de Solvência Geral (SG) mede o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos totais, para pagamento do total de suas dívidas. Para o índice colacionado, o resultado maior que 1 (um) demonstra que a empresa é solvente, comprovando uma boa situação, sendo certo que, quanto maior o resultado, melhor será a condição da empresa.

10.1.7 Desse modo, deverá ser exigido dos licitantes os Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial”.

10.2 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

10.2.1 As licitantes deverão apresentar:

10.2.1.1 Catálogos e material(is) ilustrativo(s) original(is) ou cópia(s) em português, referente(s) ao(s) modelo(s) ofertado(s), comprobatório(s) da descrição técnica apresentada na sua proposta original. Somente serão considerados válidos catálogos impressos pela internet, desde que este possibilite a averiguação completa e compatível com a descrição do objeto requisitado e conste a origem do site oficial do fabricante e que informe a “FONTE” (endereço completo, por exemplo: <http://www.fabricantex.com/produtox>.) do respectivo documento, possibilitando a comprovação da autenticidade do documento proposto.

10.2.1.2 Especificamente, correlato ao item 01 da Planilha descritiva, por se tratar de produto para saúde será solicitado Comprovação da regularidade do produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, através de cópia do registro ou da isenção, ou de notificação ou cadastramento, ou ainda, se for o caso, comprovação de que o produto não está sob controle sanitário. Caso o registro esteja vencido, a empresa deverá apresentar cópia do protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido, desde que a revalidação do registro tenha sido requerida no primeiro semestre do último ano do quinquênio de sua validade, nos termos e condições previstas no § 6º do art. 12 da Lei nº. 6.360/1976.

10.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.3.1 Para fins de habilitação técnica, serão exigidos os seguintes documentos:

10.3.1.1 Especificamente, correlato ao item 01 da Planilha descritiva, por se tratar de produto para saúde será solicitada **Licença Sanitária Estadual ou Municipal** válida, emitida pelo Serviço de Vigilância Sanitária e compatível com o objeto licitado. Se a licença estiver vencida, será aceita cópia legível do protocolo de revalidação acompanhada da cópia da licença expirada. Alternativamente, a exigência da licença pode ser dispensada mediante a apresentação de comprovação inequívoca de que a atividade do licitante é isenta de tal exigência perante a Vigilância Sanitária competente.

10.3.1.2 Especificamente, correlato ao item 01 da Planilha descritiva, por se tratar de produto para saúde será solicitado **Autorização de Funcionamento (AFE)**, concedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). A validação da AFE dar-se-á por meio de cópia legível de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU) ou cópia eletrônica obtida diretamente do portal da ANVISA. Alternativamente, a exigência da AFE poderá ser dispensada mediante a apresentação de documento oficial emitido pela ANVISA ou legislação específica que comprove inequivocamente a dispensa de tal autorização para a atividade exercida pelo licitante. As exigências estão embasadas na RDC nº 16, de 1º de abril de 2014

1 0 . 3 . 1 . 3 No caso de participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.3.1.3.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.3.1.3.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.3.1.3.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.3.1.3.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.3.1.3.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

10.3.1.3.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

g) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10.3.1.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

10.3.1.5 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

10.4 DA HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

10.4.1.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.4.1.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.4.1.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.4.1.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.4.1.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.4.1.6 Prova de regularidade com a Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.4.1.7 Declarações conforme exposto no art. 63 da Lei 14.133/2021;

10.4.1.8 Declaração que atende ao disposto no XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988;

10.4.1.9 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.4.1.10 Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11 INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

h) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

i) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.1 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I . Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021)

II . Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III . Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

a . moratória de **1% (um por cento)**, por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;

b . O atraso superior a **30 dias** autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021

c . compensatória de **5% (cinco por cento)**, sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.2 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo 5 dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.10 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.11 O Contratante, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.12 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.13 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1 O custo estimado total da contratação é **de R\$ 2.183.377,70 (dois milhões, cento e oitenta e três mil, trezentos e setenta e sete reais e setenta centavos)**, conforme custos unitários apostos no Apêndice I.

13 DOS APÊNDICES

13.1 Integra este termo de referência:

APÊNDICE I – Planilha Descritiva e Orçamentária.

ELABORADOR:

Diego Benigno Brito Soares

Consultor de Compras/SUMAPA

Matrícula: 51762

CIENTE:

Diego de Jesus Abreu Mota

Coordenador de Compras e Registro/SUMAPA

Matrícula: 48111

APÊNDICE I

Planilha Descritiva e Orçamentária

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID.	QUANT	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL	METODOLOGIA P / OBTENÇÃO DE PREÇOS
ITEM 1 AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 2							

1	COLCHÃO PNEUMÁTICO PARA PREVENÇÃO DE ESCARAS COM MOTOR AIRPLUS, com as seguintes características: Composto de 130 células; Eficiência de mais de 90 mesmo quando inclinado até 60°; confeccionado em vinil resistente, leve, flexível e impermeável; Tempo inicial para inflar: 10 min.; Material: PVC; Dimensões: 198 x 89 x 6cm (Comp. x Largura x altura inflado); Peso: 2,3Kg; Indicado para pacientes de até 130kg CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE DECONTROLE 220V; Durável e compacto; Deve operar com um nível de vibração extremamente baixo e silencioso, possibilitando um ambiente favorável ao sono tranquilo; Luz indicadora de funcionamento; Baixo consumo de energia elétrica; Pressão de saída: 2,0 Psi (libera força por polegada ao quadrado) ou 103,42mmhg (milímetros de mercúrio); Tempo de ciclo 2,5min; Volume de ar: 4,5 1mi (litros por minuto) Comprimento do cabo de força: 3m (metros) Dimensões: 25 x 13 x 10cm	623238	UNIDADE	375	R\$ 178,58	R\$ 66.967,50	MÉDIA
ITEM 2 COTA RESERVADA 25% VINCULADO AO ITEM 1							

2	<p>COLCHÃO PNEUMÁTICO PARA PREVENÇÃO DE ESCARAS COM MOTOR AIRPLUS, com as seguintes características:</p> <p>Composto de 130 células; Eficiência de mais de 90 mesmo quando inclinado até 60°; confeccionado em vinil resistente, leve, flexível e impermeável; Tempo inicial para inflar: 10 min.; Material: PVC; Dimensões: 198 x 89 x 6cm (Comp. x Largura x altura inflado); Peso: 2,3Kg; Indicado para pacientes de até 130kg</p> <p>CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE DECONTROLE</p> <p>220V; Durável e compacto; Deve operar com um nível de vibração extremamente baixo e silencioso, possibilitando um ambiente favorável ao sono tranquilo; Luz indicadora de funcionamento; Baixo consumo de energia elétrica; Pressão de saída: 2,0 Psi (libera força por polegada ao quadrado) ou 103,42mmhg (milímetros de mercúrio); Tempo de ciclo 2,5min; Volume de ar: 4,5 lmi (litros por minuto) Comprimento do cabo de força: 3m (metros) Dimensões: 25 x 13 x 10cm</p>	623238	UNIDADE	125	R\$ 178,58	R\$ 22.322,50	MÉDIA
ITEM 3 AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 4							

3	COLCHÃO ESPECÍFICO PARA CAMA HOSPITALAR ADULTO, com as seguintes características: confeccionado em espuma 100% poliuretano em uma só peça revestida em courvin, lavável, impermeável, sem ilhoses, sem zíper; Densidade D-33; Tratamento anti mofo/fungo. Cor: Azul Royal. Certificado com Selo do INMETRO. Capacidade mínima 180 kg. Dimensões: 188 x 88 x 15 cm.	614695	UNIDADE	2.250	R\$ 550,71	R\$ 1.239.097,50	MÉDIA
ITEM 4 COTA RESERVADA 25% VINCULADO AO ITEM 3							
4	COLCHÃO ESPECÍFICO PARA CAMA HOSPITALAR ADULTO, com as seguintes características: confeccionado em espuma 100% poliuretano em uma só peça revestida em courvin, lavável, impermeável, sem ilhoses, sem zíper; Densidade D-33; Tratamento anti mofo/fungo. Cor: Azul Royal. Certificado com Selo do INMETRO. Capacidade mínima 180 kg. Dimensões: 188 x 88 x 15 cm.	614695	UNIDADE	750	R\$ 550,71	R\$ 413.032,50	MÉDIA
ITEM 5 COTA EXCLUSIVA ME E EPP 100%							

5	COLCHÃO ESPECÍFICO PARA CAMA HOSPITALAR PEDIÁTRICA, com as seguintes características: confeccionado em espuma 100% poliuretano em uma só peça revestida em courvin, lavável, impermeável, sem ilhoses, sem zíper; Densidade D-33; Tratamento anti mofo/fungo. Cor: Azul Royal. Certificado com Selo do INMETRO. Capacidade mínima para 120 kg; Dimensões: 148 x 68 x 10 cm.	614656	UNIDADE	300	R\$ 217,79	R\$ 65.337,00	MEDIANA
ITEM 6 COTA EXCLUSIVA ME E EPP 100%							
6	COLCHÃO ESPECÍFICO PARA BERÇO PARA RECÉM-NASCIDO, com as seguintes características: confeccionado em espuma 100% poliuretano em uma só peça revestida em courvin, lavável, impermeável, sem ilhoses, sem zíper; Densidade D-23; Tratamento anti mofo/fungo. Cor: Azul Royal. Certificado com Selo do INMETRO Dimensões: 75 x 36 x 5 cm.	614652	UNIDADE	30	R\$ 60,00	R\$ 1.800,00	MEDIANA
ITEM 7 COTA EXCLUSIVA ME E EPP 100%							

7	COLCHÃO ESPECÍFICO PARA BERÇO PARA RECÉM-NASCIDO, com as seguintes características: confeccionado em espuma 100% poliuretano em uma só peça revestida em courvin, lavável, impermeável, sem ilhoses, sem zíper; Densidade D-23; Tratamento anti mofo/fungo. Cor: Azul Royal. Certificado com Selo do INMETRO Dimensões: 62 x 32 x 2 cm.	614652	UNIDADE	30	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00	MEDIANA
ITEM 8 COTA EXCLUSIVA ME E EPP 100%							
8	COLCHÃO ESPECÍFICO PARA MACA, com as seguintes características: com as seguintes características: confeccionado em espuma 100% poliuretano em uma só peça revestida em courvin, lavável, impermeável, sem ilhoses, sem zíper; Densidade D-28; Tratamento anti mofo/fungo. Cor: Azul Royal. Certificado com Selo do INMETRO. Dimensões: 183 x 55 x 5 cm. Cor: Azul Royal.	614675	UNIDADE	600	R\$ 118,09	R\$ 70.854,00	MÉDIA
ITEM 9 COTA EXCLUSIVA ME E EPP 100%							

9	COLCHÃO ESPECÍFICO PARA MACA RETRÁTIL (AMBULÂNCIA), com as seguintes características: com as seguintes características: confeccionado em espuma 100% poliuretano em uma só peça revestida em courvin, lavável, impermeável, sem ilhoses, sem zíper; Densidade D-28; Tratamento anti mofo/fungo. Cor: Azul Royal. Certificado com Selo do INMETRO. Dimensões: 183 x 52 x 10 cm.	614675	UNIDADE	350	R\$ 188,98	R\$ 66.143,00	MÉDIA
ITEM 10 COTA EXCLUSIVA ME E EPP 100%							
10	COLCHÃO ESPECÍFICO PARA MESA GINECOLÓGICA, com as seguintes características: com as seguintes características: confeccionado em espuma 100% poliuretano em uma só peça revestida em courvin, lavável, impermeável, sem ilhoses, sem zíper; Densidade D-28; Tratamento anti mofo/fungo. Cor: Azul Royal. Certificado com Selo do INMETRO. Dimensões: 110 x 50 x 5 cm. Cor: Azul Royal.	614653	UNIDADE	30	R\$ 190,99	R\$ 5.729,70	MÉDIA
ITEM 11 COTA EXCLUSIVA ME E EPP 100%							

11	ROLO DE ESPUMA com as seguintes características: utilizado para posicionar o paciente para realizar a terapia. Rolo totalmente em espuma; revestido com courvin. lavável, impermeável, sem ilhoses, sem zíper; Dimensões aproximadas; 60cm x 25cm	396204	UNIDADE	100	R\$ 134,00	R\$ 13.400,00	MÉDIA
ITEM 12 COTA EXCLUSIVA ME E EPP 100%							
12	ROLO DE ESPUMA com as seguintes características: utilizado para posicionar o paciente para realizar a terapia. Rolo totalmente em espuma; revestido com courvin. lavável, impermeável, sem ilhoses, sem zíper; Dimensões aproximadas; 60cm x 15cm	291911	UNIDADE	100	R\$ 128,79	R\$ 12.879,00	MÉDIA
ITEM 13 COTA EXCLUSIVA ME E EPP 100%							
13	ROLO DE ESPUMA com as seguintes características: utilizado para posicionar o paciente para realizar a terapia. Rolo totalmente em espuma; revestido com courvin. lavável, impermeável, sem ilhoses, sem zíper; Dimensões aproximadas; 60cm x 10cm	396206	UNIDADE	200	R\$ 109,83	R\$ 21.966,00	MÉDIA
ITEM 14 AMPLA PARTICIPAÇÃO 75% VINCULADO AO ITEM 15							

14	CAPA PARA COLCHAO ADULTO, com as características mínimas: confeccionada em courvim na cor azul; com sistema de fechamento reforçado por costura; com sistema de abertura em uma lateral com zíper; tamanho 1,88 x 0,88 x 15cm.	347481	UNIDADE	2.250	R\$ 56,76	R\$ 127.710,00	MÉDIA
ITEM 15 COTA RESERVADA 25% VINCULADO AO ITEM 14							
15	CAPA PARA COLCHAO ADULTO, com as características mínimas: confeccionada em courvim na cor azul; com sistema de fechamento reforçado por costura; com sistema de abertura em uma lateral com zíper; tamanho 1,88 x 0,88 x 15cm.	347481	UNIDADE	750	R\$ 56,76	R\$ 42.570,00	MÉDIA
ITEM 16 COTA EXCLUSIVA ME E EPP 100%							
16	CAPA PARA COLCHAO PEDIÁTRICO, com as características mínimas: confeccionada em courvim na cor azul; com sistema de fechamento reforçado por costura; com sistema de abertura em uma lateral com zíper; tamanho 148 x 68 x 10 cm.	631292	UNIDADE	300	R\$ 40,23	R\$ 12.069,00	MÉDIA
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$ 2.183.377,70	



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Diego Benigno Brito Soares, Técnico de Nível Superior**, em 19/05/2026, às 11:26, conforme Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Diego De Jesus Abreu Mota, Coordenador**, em 19/05/2026, às 11:34, conforme Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.saoluis.ma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **3970471** e o código CRC **94E6E9D2**.

Processo nº: 15901.002758/2026

Documento nº: 3970471v7 - SEMUS